

INDÚSTRIA

Dorothea diz na Fiesp que economia vai bem

André Dusek/AE—9/5/89

A taxa de juros deverá cair a partir de setembro e, com ela, os índices da inflação, previu ontem a secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Dorothea foi à Fiesp apresentar o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

A secretária explicou que, com o fim da devolução dos cruzados novos, o governo vai ter folga de caixa, que deverá se refletir nas taxas de juros. "A economia brasileira vai bem e prova disso é que a inflação não disparou, apesar da crise política."

Dorothea disse, a cerca de 150 empresários, serem muitos os indicadores positivos, que deverão repercutir brevemente na estabilização da economia. Ela considera positiva a expansão do saldo da balança comercial e que essa expansão deverá contribuir para uma folga adicional nas contas do governo.

A secretária disse também que o fato de o governo não dispor de recursos para a devolução do Imposto de Renda não deveria ser surpresa para ninguém. "Falta dinheiro também para a saúde, energia, rodovias e ferrovias." O atual problema de caixa do governo foi criado, segundo Dorothea, em 1991, quando o Congresso fez mudanças no orçamento federal.

Amato — Ao contrário de Dorothea, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, não espera queda expressiva da inflação antes de 1993. Para ele, só uma reforma fiscal levará a economia ao equilíbrio.

Amato culpou a recessão e a carga tributária pelo elevado índice de inadimplência das empresas. "As empresas são inadimplentes e não sonegadas", disse o presidente da Fiesp. "Elas não pagam porque não têm. Dão prioridade

**Dorothea Werneck**

Inflação cai com juros, a partir de setembro

para os salários, energia elétrica e matérias-primas. Como a carga tributária é muito violenta, elas vão postergando os impostos."

Sharp — Em Brasília, o diretor do Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica (DNPDE), Marcos Vinicius de Campos, encaminhou ontem à Secretaria Nacional de Direito Econômico (SNDE) as conclusões do processo administrativo aberto contra três empresas do grupo Sharp e sugeriu que elas sejam julgadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), por práticas abusivas de mercado.

A Sharp do Brasil S.A. Indústria de Produtos Eletrônicos, Sharp Administradora de Consórcios S/C Ltda e a ROC (Representações e Operações Comerciais Ltda), que têm o controle acionário do empresário Matias Machline, são acusadas de formação de grupo econômico com o objetivo de inibir a livre concorrência, causar danos ao consumidor e burlar o congelamento de preços do Plano Collor 2.